12º SIMULADO OAB 2012.2

1º DE SETEMBRO DE 2012

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9hs e encerramento às 12hs. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9hs. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:30hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será disponibilizado no Mural do NPJ no corredor do 9º andar, além de ser enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 1º/set e extinguir-se-á às 13hs do dia 3/set. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 5/set.
13. O resultado oficial será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, bem como enviado por e-mail até às 18hs do dia 5/set.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 1º/Set | 9h | Simulado |
| 1º/Set | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 03/Set | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 5/Set | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 5/Set | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

**1. (FGV - 2008) Um estamento eminentemente aristocrá­tico, formado por uma nobreza em declínio, paulatina­mente perdeu suas rendas originais e se tornou cres­centemente burocrático. O texto caracteriza o seguinte tipo de Estado e de administração pública no Brasil:**

(A) estatal.

(B) patrimonialista.

(C) burocrática.

(D) gerencial

**2. (FGV - 2005) Ato lesivo ao erário público poderá ser impugnado por qualquer cidadão mediante:**

(A) mandado de segurança.

(B) ação popular.

(C) mandado de injunção.

(D) mandado de segurança coletivo.

**3. (FGV - 2007) Assinale a afirmativa incorreta.**

(A) A apreciação das contas e dos contratos admi­nistrativos estaduais pelo Tribunal de Contas do Estado, que as aprovou, não inibe a atuação do Poder Judiciário para exame de sua legalidade e constitucionalidade, pois as cortes de contas estaduais não exercem jurisdição.

(B) O controle da Administração Pública, conside­rado um princípio fundamental da Administra­ção Pública, é indispensável à execução das atividades administrativas do Estado e deve ser exercido em todos os níveis e em todos os órgãos.

(C) O controle de legalidade dos atos da Administra­ção Pública pode ser interno, processado pelos órgãos da mesma Administração, ou externo, exercido por órgãos de poder diverso.

(D) O controle do mérito administrativo é privativo da Administração Pública. Ao Poder Judiciário somente é possível o controle de legalidade em sentido estrito.

**4. (FGV - 2008) Em relação ao processo administra­tivo genérico, regulado pela Lei 9.784/99, é certo afirmar que:**

(A) a Administração não pode cobrar por despesas processuais, sendo, inclusive, inconstitucional a lei que acaso permitisse tal cobrança.

(B) as normas dos processos administrativos espe­cíficos, no que toca á densidade de incidência normativa, aplicam-se subsidiariamente no processo genérico, quando forem de ordem pública.

(C) o órgão competente para decidir o recurso administrativo pode agravar a situação do recorrente, mas, antes da decisão, deve cientificá-lo do fato e permitir que ofereça as alegações de seu interesse.

(D) a decadência do direito da Administração de anular seus próprios atos administrativos ocorre irrestritamente em 5 (cinco) anos quando deles se originam efeitos patrimoniais contínuos.

**5. (FGV - 2009) A respeito da aplicação de sanções administrativas pela Administração Pública, assinale a alternativa correta.**

(A) O processo administrativo sancionador é sigiloso.

(B) Não são admissíveis no processo administrativo sancionador as provas ilícitas e as provas colhi­das em processo penal.

(C) O contrato administrativo deve necessariamente estabelecer as penalidades cabíveis pelo des­cumprimento de obrigação contratual.

(D) De acordo com o atributo da auto-executoriedade, a Administração Pública pode executar as multas por ela aplicadas.

**6. (FGV - 2008) A rescisão unilateral de concessão de serviço público por razão de inadimplemento contratual é denominada:**

(A) reversão.

(B) avocação.

(C) encampação.

(D) caducidade.

**7. (FGV - 2008) A respeito dos contratos administrativos, de acordo com a Lei 8.666/93, considere as seguintes afirmativas:**

**I. É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.**

**II. A alteração do projeto, pela Administração, autoriza a revisão do contrato para manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, mas não autoriza a prorrogação dos prazos de execução, conclusão e entrega.**

**III. A prorrogação de contrato administrativo, nas hipóteses admitidas pela lei, exige prévia e expressa autorização da autoridade competente para celebrar o contrato.**

**Assinale:**

(A) se apenas a afirmativa I estiver correta.

(B) se apenas a afirmativa II estiver correta.

(C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

(D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

**8. (FGV - 2005) De acordo com a Lei 8.666/93 (Licitação e Contratos), o registro ou inscrição do interessado em participar de processo licitatório, na entidade profis­sional competente, está relacionado à:**

(A) habilitação jurídica.

(B) qualificação técnica.

(C) qualificação econômica.

(D) qualificação financeira.

**9. (FGV - 2004) A responsabilidade civil das concessionárias de serviços públicos é fundada:**

(A) na imperícia e é subjetiva.

(B) no risco integral e é subjetiva.

(C) na culpa e é objetiva.

(D) no risco administrativo e é objetiva.

**10. (FGV - 2005) Assinale a alternativa correta.**

(A) É admitida a mudança de categoria de um bem público de uso comum do povo para a de domi­nical por lei, por simples ato administrativo ou fato jurídico.

(B) O tombamento é ato do poder público de inter­venção na propriedade de caráter transitório.

(C) Os bens públicos móveis e imóveis não podem ser desapropriados.

(D) A validade da declaração expropriatória é de 10 (dez) anos para os casos de necessidade ou utilidade pública.

**Constitucional**

**11. Sobre o Poder Executivo, assinale a única opção correta:**

(A) o cargo de Presidente da República só poderá ser ocupado por brasileiro nato com mais de 30 (trinta) anos;

(B) Os eleitos para assumirem os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, no caso de vacância dos dois cargos, serão sempre eleitos apenas para completar o período que resta do mandato, seja essa eleição uma eleição direta ou uma eleição indireta, feito no âmbito do Congresso Nacional.

(C) O Presidente da República pode renunciar à imunidade formal quanto à prisão.

(D) Nos termos da Constituição Federal, o Presidente da República, na vigência de seu mandato, só pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções quando o ilícito for de natureza penal.

**12. Com relação ao processo legislativo, aponte a alternativa correta:**

(A) As leis complementares são de iniciativa exclusiva do Senado Federal;

(B) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República terão início na Câmara dos Deputados;

(C) O processo legislativo federal e estadual está sujeito ao sistema bicameral, ao contrário do sistema legislativo municipal, que é unicameral;

(D) A sanção e a promulgação são atos exclusivos do Presidente.

**13. Marque a opção incorreta:**

(A) É vedado aos Estados manter relação de aliança com representantes de cultos religiosos ou igrejas, resguardando-se o interesse público.

(B) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

(C) Os Estados poderão, mediante lei complementar federal, instituir regiões metropolitanas, constituídas por regiões administrativas limítrofes.

(D) A Constituição garante aos Estados poderes remanescentes, residuais ou reservados.

**14. Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, é correto afirmar que**

(A) são onerosas as ações de *habeas corpus e habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

(B) não há restrição constitucional para a impetração de *habeas corpus*, de modo que as punições e transgressões disciplinares relacionadas às Forças Armadas poderão ser analisadas e julgadas, em seu mérito, pelo Poder Judiciário.

(C) qualquer pessoa, natural ou jurídica, pode impetrar o *habeas corpus.*

(D) o *habeas corpus* não poderá ser impetrado por estrangeiro que se encontre de passagem pelo Brasil e possua residência em outro país, haja vista o direito fundamental à liberdade de locomoção cingir-se ao estrangeiro residente no Brasil.

**15. Acerca do regime jurídico das medidas provisórias no Brasil, assinale a única opção incorreta:**

(A) podemos dizer que a casa revisora do processo de conversão da medida provisória em lei ordinária é sempre o Senado Federal;

(B) é cediço na doutrina que as medidas provisórias não podem tratar de assuntos da competência privativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

(C) as medidas provisórias não podem regulamentar, de acordo com o texto constitucional, o Fundo Social de Emergência;

(D) haverá sempre sanção ou veto do Presidente da República no projeto de conversão da medida provisória em lei ordinária.

**16. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF):**

(A) foi introduzida no Direito brasileiro em 1988 e admite legitimidade ativa popular;

(B) são considerados preceitos fundamentais apenas os direitos e garantias fundamentais;

(C) não admite concessão de cautelar;

(D) pode ser dividida em duas modalidades: ADPF incidental, no curso de um processo subjetivo e ADPF principal, que instaura um processo objetivo para análise direta do STF;

**17. NÃO tem legitimidade para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade**

(A) o Advogado-Geral da União.

(B) o Presidente da República.

(C) a Mesa da Câmara dos Deputados.

(D) o Procurador-Geral da República.

**18. Sobre a nacionalidade e os direitos políticos, assinale a única opção correta:**

(A) São considerados brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

(B) Não será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro nato que, no gozo de sua capacidade civil plena, optar, voluntariamente, por outra nacionalidade.

(C) Os médicos e dentistas que se encontrem em cumprimento de serviço militar obrigatório não podem se alistar como eleitores, sendo impedidos de votar e ser votados.

(D) A função popular no Conselheiro da República pode ser ocupada por brasileiro naturalizado.

**19. Segundo a Constituição Federal, ao Poder Reformador é permitido extinguir:**

(A) a impenhorabilidade da pequena propriedade rural.

(B) as competências exclusivas do Congresso Nacional.

(C) a possibilidade de reeleição do Chefe do Executivo.

(D) a liberdade de ir e vir ou de locomoção.

**20. Deverá realizar juízo de admissibilidade sobre acusação em face do Presidente da República:**

(A) O Supremo Tribunal Federal

(B) A Câmara dos Deputados;

(C) O Senado Federal;

(D) O Superior Tribunal de Justiça.

**Deontologia**

**21. No que diz respeito aos órgãos da OAB, assinale a opção correta, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB:**

(A) Em razão da personalidade jurídica própria da Caixa de Assistência dos Advogados, contra ato de sua diretoria não cabe recurso ao respectivo Conselho Seccional.

(B) Uma subseção da OAB tem diretoria eleita, mas não pode ter conselho de subseção.

(C) Os conselheiros federais de São Paulo, quando presentes às sessões de seu respectivo conselho seccionais, têm direito a voz, mas não podem votar nessas sessões.

(D) O conselho federal é competente para a criação de subseções com mais de 5 mil advogados.

**22. José da Silva foi denunciado pela prática de homicídio. Para defendê-lo, foi contratado o advogado Antônio Macedo, respeitável criminalista da cidade e, por coincidência, inimigo do *de cujus*. O denunciado confessou o crime no escritório de seu patrono, ocasião em que estavam presentes a esposa e os pais do réu. Durante o julgamento, porém, o réu, ao ser interrogado perante o juiz e os jurados, afirmou ter sido o advogado Antônio Macedo o verdadeiro autor do crime.**

**Diante dos fatos acima narrados, assinale a opção correta de acordo com o Código de Ética e Disciplina dos Advogados.**

(A) O advogado deverá substabelecer o mandato outorgado com reservas de iguais poderes a outro patrono.

(B) O advogado poderá revelar as confidências feitas em seu escritório desde que autorizado pelo réu.

(C) O sigilo profissional impede o advogado de revelar a confissão do cliente, cabendo à esposa e aos pais do réu desmentir a acusação ocorrida no interrogatório.

(D) O advogado, nesse caso, pode revelar o segredo a ele confiado, visto que ele, vendo-se afrontado pelo próprio cliente, tem de agir em defesa própria.

23. De acordo com o Regulamento Geral da Advocacia, assinale a opção correta em relação à organização e atuação dos conselhos seccionais da OAB:

(A) O ajuizamento de ação civil pública pela OAB pode ser decidido pela diretoria da seccional.

(B) O cargo de conselheiro seccional não tem suplentes eleitos, uma vez que a suplência somente está prevista para membros do Conselho Federal.

(C) Os conselhos seccionais são integrados por um número mínimo de 30 membros.

(D) Não cabe intervenção do conselho seccional nas suas subseções, visto que os integrantes das subseções são eleitos pelo voto direto dos advogados que as integram.

24. Em relação às infrações disciplinares aplicáveis aos advogados, assinale a opção correta de acordo com o Estatuto do Advogado:

(A) A violação ao Código de Ética e Disciplina do Advogado é punível com suspensão do exercício da advocacia por, no mínimo, 15 dias.

(B) A deturpação de transcrição de dispositivo de lei ou de citação doutrinária em petição é falta punível, em regra, com censura.

(C) A prescrição de aplicação de penalidade de censura ocorre em um ano, a partir da data da ciência do fato pela OAB.

(D) O exercício assíduo e proficiente de mandato na OAB é cláusula excludente de aplicação de penalidade.

25. Com relação ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e quanto ao Estatuto da Advocacia, assinale a opção correta:

(A) É direito do advogado não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e, na falta dessas, ser aplicada prisão domiciliar.

(B) É direito do advogado sustentar oralmente, após o voto do relator, em julgamentos de recursos nos tribunais superiores, pelo prazo de até 15 minutos.

(C) É direito do advogado ter respeitada a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, de seus arquivos e dados e sua correspondência e de suas comunicações, salvo caso de busca e apreensão determinada por magistrado e acompanhada de representante da OAB e nas hipóteses da Lei 8.906/94..

(D) É prescindível a presença de representante da OAB quando um advogado é preso por motivo ligado ao exercício da advocacia, bem assim, nos casos de crime comum, a comunicação à OAB.

**26. Acerca de incompatibilidades, impedimentos e sanções disciplinares aplicáveis aos advogados, assinale opção correta de acordo com o Estatuto da Advocacia:**

(A) A violação a preceito do Código de Ética e Disciplina da OAB (CED-OAB) é punível com a suspensão do exercício profissional por até 30 dias.

(B) O Defensor Público Geral Estadual que atuar na advocacia privada em patrocínio dos interesses de um sindicato patronal poderá, em razão dessa conduta, ser punido na OAB com a pena de censura.

(C) Os oficiais do Exército podem exercer a advocacia em causas que não envolvam a União.

(D) O presidente de assembléia legislativa não está impedido de exercer a advocacia.

**27. No tocante às sociedades de advogados, assinale a opção correta:**

(A) É vedada a permanência de nome de sócio falecido na razão social da sociedade de advogados.

(B) É possível que um advogado pertença a mais de uma sociedade de advogados registradas em uma mesma seccional, desde que os respectivos escritórios não patrocinem clientes de interesses opostos.

(C) O CED-OAB não se aplica às sociedades de advogados, porque o direito brasileiro não admite a responsabilização penal da pessoa jurídica.

(D) É vedado às juntas comerciais o registro de sociedade que inclua a atividade de advocacia entre suas finalidades.

28. O advogado Júlio César anunciou seus serviços profissionais em *outdoors* na cidade em que exercia suas atividades. Ao lado de sua fotografia de paletó e gravata, eram apresentados seu nome, inscrição na OAB, o endereço do escritório, os nomes de alguns de seus clientes mais famosos na localidade e as frases: A pessoa certa para resolver seus problemas judiciais. A garantia da vitória ou seu dinheiro de volta. Aqui o cliente é quem manda. Com base no CED-OAB, assinale a opção correta a propósito da situação hipotética acima.

(A) É possível o anúncio dos serviços profissionais de advogados em *outdoors*, desde que o advogado o faça com discrição quanto ao conteúdo e a forma.

(B) Não há problema na mera divulgação dos nomes dos clientes na publicidade de Júlio César, já que esta é uma forma de atrair pessoas com os mesmos tipos de problemas jurídicos.

(C) O anúncio em *outdoors* é tipificado como imoderado e vedado pelo CED-OAB.

(D) A seccional da OAB em que está inscrito Júlio César poderá abrir processo disciplinar contra ele, desde que haja representação de um de seus clientes arrolados no anúncio.

29. Em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, o advogado pode ser suspenso preventivamente:

(A) somente após o julgamento do recurso de ofício pelo conselho pleno da seccional onde tiver a inscrição principal, com o resultado obtido por maioria simples.

(B) pelo presidente da seccional onde tiver a inscrição principal, que recorrerá de ofício ao tribunal de ética e disciplina.

(C) somente em procedimento originário no Conselho Federal da Ordem dos Advogados, por maioria de dois terços de seus membros.

(D) pelo tribunal de ética e disciplina do conselho seccional onde tenha inscrição principal, depois de ouvido em sessão para a qual deverá ser notificado a comparecer.

**30. Assinale a opção correta acerca da interpretação e da aplicação da Lei n.º 8.906/1994, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF):**

(A) A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não integra a administração pública.

(B) Os advogados não estão isentos do pagamento da contribuição sindical.

(C) A presença de advogado no juizado especial criminal federal é facultativa nas causas de até 20 salários mínimos.

(D) O direito a prisão especial, em favor do advogado, não gera direito ao recolhimento em prisão domiciliar, na hipótese de inexistência de sala de Estado-Maior.

**Direito e Processo Penal**

**31. Sobre o crime de homicídio é correto afirmar, exceto:**

(A) tanto o sujeito passivo como o objeto material do delito é o ser humano com vida, pois sobre ele recai diretamente a conduta do agente;

(B) sua execução pode se realizar sob variados meios, diretos ou indiretos, físicos ou morais, desde que idôneos à produção do resultado morte;

(C) considera-se privilegiado o homicídio se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima;

(D) a premeditação não está incluída entre as qualificadoras do delito;

**32. Na corrupção de menores:**

(A) a habitualidade do ato libidinoso é necessária para a caracterização do delito;

(B) não se exige, por parte do agente, a finalidade específica de corromper;

(C) não é possível concurso material.

(D) não se admite a tentativa;

**33. “A”, jurado do Tribunal do Júri, em um crime de homicídio qualificado, através de “B” seu irmão, - particular-, exige certa quantia em dinheiro da família do réu, para dar voto favorável a este. “A” e “B” responderão respectivamente por:**

(A) ambos por corrupção passiva;

(B) ambos por concussão;

(C) “A” por corrupção passiva e “B” por extorsão;

(D) “A” por concussão e “B” por extorsão.

**34 - Tipifique a conduta do agente que, para auxiliar o autor da subtração do veículo, modifica suas placas identificadoras a fim de assegurar-lhe a posse da *res furtiv*a.**

(A) favorecimento pessoal;

(B) receptação;

(C) favorecimento real;

(D) não houve crime.

**35. “A”, testemunha num processo criminal, durante suas declarações em juízo, nega a verdade sobre fato relevante. Após a assinatura do termo de declarações, pressionada pela família do réu, por ter mentido, volta a sala de audiência para contar a verdade ao Juiz. Sobre “A” responda:**

(A) haverá extinção da punibilidade, pela retratação;

(B) o crime não chegou a se consumar em vista da retratação;

(C) responderá pelo artigo 342, § 1° do CP;

(D) haverá extinção da punibilidade, pela retratação caso a vítima aceite.

**36. Assinale a afirmação correta:**

1. A autoridade policial pode indeferir a instauração de inquérito policial por entender de difícil apuração o fato criminoso noticiado.
2. O juiz deve arquivar o inquérito policial, de ofício, quando se convença da falta de justa causa para a persecução penal.
3. O Delegado de Polícia deve arquivar o inquérito policial quando as investigações tornem patente a inexistência de crime.
4. Nos crimes de ação penal pública incondicionada o inquérito policial é dispensável quando o Ministério Público dispõe de elementos informativos idôneos para embasar a denúncia.

**37. De acordo com o entendimento jurisprudencial pacífico, decorrente de lógica de interpretação de texto legal, o inquérito policial:**

1. Não é prescindível ao oferecimento da denúncia.
2. É procedimento administrativo, de caráter investigatório, informativo e inquisitorial, destinado a subsidiar a atuação do Ministério Público.
3. Autoriza a prolação de decisão condenatória cujo único suporte seja ele próprio.
4. Deve assegurar o princípio constitucional da ampla defesa.

**38. É aplicável à ação penal privada exclusiva o princípio da:**

1. Disponibilidade
2. Obrigatoriedade
3. Transcendência
4. Divisibilidade

**39. Concomitantemente, diversas pessoas saquearam um estabelecimento comercial, sem conhecimento uma às outras. Trata-se de:**

1. Continência de ações, em razão do concurso de pessoas;
2. Conexão intersubjetiva por simultaneidade;
3. Conexão intersubjetiva por reciprocidade;
4. Conexão objetiva.

**40. Indicar o foro competente para o processo e julgamento do crime de estelionato, na modalidade de emissão de cheque sem provisão de fundos:**

1. Do local em que o título foi preenchido e assinado.
2. Do local onde o cheque foi dado como ordem de pagamento.
3. Do local onde se deu a recusa do pagamento pelo sacado.
4. Do domicílio da vítima.

**Empresarial**

**41. Quanto ao empresário individual, assinale a opção incorreta.**

(A) O empresário opera sob firma constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.

(B) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

(C) O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode requerer inscrição no Registro Público de Empresas da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.

(D) Desde a decretação da falência ou do sequestro, o empresário falido perde o direito de administrar os seus bens ou deles dispor até a sentença que extingue suas obrigações.

**42. São sociedades empresárias, independentemente do objeto, exceto uma delas que também pode ser simples:**

(A) sociedades em comandita por ações.

(B) companhias de economia mista.

(C) sociedades limitadas.

(D) sociedades anônimas.

**43. A respeito das sociedades limitadas e anônimas, assinale a opção incorreta.**

(A) O capital da sociedade limitada divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.

(B) O valor nominal das ações de companhia aberta poderá ser inferior ao mínimo fixado pela

Comissão de Valores Mobiliários.

(C) É vedada a contribuição que consista em prestação de serviços, para efeito de integralização de cotas ou ações.

(D) O valor nominal será o mesmo para todas as ações da companhia.

**44. Sobre o estabelecimento, a falência e a recuperação de empresas, assinale a opção incorreta.**

(A) Na realização do ativo na falência, dar-se-á maior preferência à alienação da empresa, com a venda de seus estabelecimentos em bloco.

(B) Constitui meio de recuperação judicial o trespasse ou o arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados.

(C) O estabelecimento alienado na falência estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, salvo quanto às derivadas da legislação do trabalho.

(D) É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

**45. Em relação ao nome empresarial, marque a opção correta.**

(A) O nome empresarial não pode ser objeto de alienação.

(B) Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra inicial ou final "limitada" ou a sua abreviatura.

(C) A sociedade em conta de participação pode ter firma ou denominação.

(D) A sociedade cooperativa funciona sob firma integrada pelo vocábulo "cooperativa".

**Direito e Processo Civil**

**46. Relativamente ao direito de família, assinale a opção correta.**

(A) Sobrevindo mudança na situação financeira daquele que presta alimentos ou na daquele que os recebe, é possível a revisão dos alimentos fixados em sentença com trânsito em julgado, por meio do ajuizamento de ação rescisória.

(B) Os maiores de dezoito anos de idade adquirem plena capacidade e, por presunção legal, são aptos a praticar todos os atos da vida civil; no entanto, caso se encontrem impossibilitados de cuidar de seus próprios interesses, serão representados por um tutor.

(C) É facultado ao casal judicialmente separado restabelecer a qualquer momento a sociedade conjugal, por meio de petição nos autos da separação judicial, resguardando-se eventuais direitos de terceiros.

(D) O parentesco em linha reta limita-se até o quarto grau, sendo que, para a contagem do parentesco, adota-se a linha como sendo a vinculação da pessoa ao tronco ancestral comum.

**47. Ainda a respeito do direito de família, assinale a opção correta.**

(A) O casamento putativo é nulo, mas produzirá todos os efeitos civis perante os contraentes e terceiros até o trânsito em julgado da sentença que declarar a sua nulidade. Por se tratar de ação personalíssima, somente o cônjuge inocente poderá requerer a invalidade desse casamento.

(B) Os nubentes devem fazer opção pelo regime de bens por termo no próprio processo de habilitação do casamento. Quando forem escolher como opção um regime de bens diverso do legal, que é o da separação de bens, deverá fazê-lo por pacto antenupcial ou por escritura pública.

(C) O bem de família é inalienável e impenhorável. A sua administração compete a ambos os cônjuges e, com a morte de qualquer um deles, extingue-se automaticamente o patrimônio comum que foi destinado a garantir a segurança e a moradia do casal.

(D) Em se tratando de separação judicial fundada na culpa, o cônjuge declarado culpado terá direito aos alimentos indispensáveis à subsistência, se deles necessitar e não tiver aptidão para o trabalho nem parentes em condições de prestá-los.

**48. Acerca do direito de família, assinale a opção incorreta.**

(A) Nas relações de parentesco na linha reta, extingue-se a afinidade com a dissolução do casamento ou da união estável.

(B) A verba alimentícia é sempre irrepetível, ainda que o alimentante vença a demanda e a fixação da verba decorra da prática de ato ilícito.

(C) Havendo herdeiros descendentes, o cônjuge sobrevivente casado sob o regime da separação obrigatória de bens não é herdeiro necessário do cônjuge falecido.

(D) Codicilo é negócio jurídico unilateral mortis causa, escrito, mediante o qual o autor da herança dispõe de bens de pouco valor ou de particular valor sentimental, de forma menos solene e, portanto, mais singela que o testamento.

**49. Com relação a contratos e sucessão, assinale a opção incorreta.**

(A) Nos contratos de locação, é válida a cláusula de renúncia à indenização das benfeitorias e ao direito de retenção.

(B) Desde a abertura da sucessão, pertence ao legatário a coisa certa, existente no acervo, salvo se o legado estiver sob condição suspensiva, não se deferindo de imediato a posse da coisa legada nem podendo o legatário nela entrar por autoridade própria.

(C) Será sempre judicial a partilha se algum herdeiro for incapaz.

(D) Configura a existência de herança vacante o falecimento de alguém sem deixar herdeiro testamentário ou legítimo notoriamente conhecido.

**50. Acerca das pessoas, dos bens e dos fatos jurídicos, assinale a opção incorreta.**

(A) A situação de fato, cercada de circunstâncias tais que manifestamente a apresentem como se fosse uma situação de direito, constitui requisito caracterizador da teoria da aparência.

(B) Salvo disposição específica em contrário, o sistema jurídico brasileiro não admite a repristinação.

(C) Para qualificar e reger as obrigações, aplica-se a lei do país em que elas forem constituídas. No entanto, em contrato de arrendamento celebrado entre empresa holandesa e brasileira e constituído na Inglaterra, aplica-se a lei holandesa se a empresa arrendadora (holandesa) abdicar do foro inglês e ajuizar a ação no domicílio da empresa arrendatária, situado no Brasil.

(D) As cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, quando instituídas para garantia de usufruto, cancelam-se com a morte dos doadores.

**51. No que se refere à apelação, assinale a opção correta.**

(A) O tribunal apreciará e julgará todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença recorrida não as tenha julgado por inteiro.

(B) Constatando a ocorrência de nulidade sanável, o tribunal sempre devolverá os autos ao juiz prolator da sentença para que este tome medidas que possam saná-las.

(C) Se o pedido ou a defesa possuírem mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação não poderá devolver ao tribunal o conhecimento dos demais.

(D) Quando o processo tiver sido extinto sem julgamento de mérito, é defeso ao tribunal julgar desde logo a lide, devendo devolver o processo para julgamento pelo juiz de primeiro grau.

QUESTÃO

**52. Com relação aos embargos do devedor, assinale a opção correta.**

(A) Se cada um dos executados for representado por procurador diverso, contam-se em dobro os prazos para falar nos autos.

(B) O executado poderá ajuizar os embargos à execução desde que satisfaça o requisito da garantia do juízo, mediante penhora, depósito ou caução.

(C) Diante da execução de devedores solidários, o prazo para a oposição de embargos para cada um deles é contado da juntada dos respectivos mandados de citação.

(D) Um devedor citado mediante carta precatória deverá opor seus embargos à execução no prazo de 15 dias contado da juntada do mandado no juízo deprecado.

**53. A respeito das despesas e honorários, assinale a opção correta.**

(A) Se o réu não arguir fato extintivo do direito do autor, dilatando o julgamento da lide, será condenado nas custas a partir do saneamento do processo.

(B) Se o autor decair de parte mínima do pedido, o juiz fixará os honorários advocatícios de forma equitativa.

(C) Havendo diversos autores ou diversos réus, todos responderão solidariamente pelos honorários advocatícios sucumbenciais.

(D) As despesas dos atos processuais efetuados a requerimento do MP serão pagas pelo autor.

**54. Suponha que Antônio, empregado de Carlos, tenha cumprido ordens deste para retirar madeira na fazenda de Celso, que, diante disso, tenha proposto a ação de reparação de danos materiais contra Antônio. Nessa situação, no prazo para a defesa, é lícito a Antônio:**

(A) requerer a denunciação da lide contra Carlos.

(B) deduzir pedido de chamamento ao processo contra Carlos.

(C) requerer a nomeação à autoria contra Carlos.

(D) requerer a citação de Carlos na qualidade de litisconsorte passivo necessário.

QUESTÃO 41

**55. A respeito da coisa julgada, assinale a opção correta.**

(A) As eficácias da sentença determinam a natureza da coisa julgada que dela emergirá. Tratando-se de sentença que tem eficácia formal e material, configura-se a coisa julgada formal.

(B) A coisa julgada formal tem eficácia restrita aos limites do processo extinto, porém, ressalvadas as hipóteses de perempção, litispendência ou coisa julgada, não impede a apreciação da matéria em outra relação processual.

(C) Faz coisa julgada material a apreciação da questão processual decidida incidentemente no processo.

(D) O terceiro pode ser alcançado pela imutabilidade e indiscutibilidade, que emanam da coisa julgada material.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. Para ser configurada a relação de emprego, faz-se necessário o preenchimento simultâneo dos requisitos: pessoa física, subordinação, não eventualidade, onerosidade e pessoalidade. A respeito desse tema, assinale a opção CORRETA.**

(A) O trabalhador em domicílio equipara-se ao autônomo, uma vez que deixa de preencher o requisito subordinação, pertencente à configuração do vínculo empregatício.

(B) O autônomo e o eventual não são considerados empregados para o direito do trabalho, uma vez que, apesar de prestarem serviços de natureza contínua, não possuem a pessoalidade como caracterizadora do vínculo de emprego.

(C) O trabalhador avulso, aquele contratado com intervenção obrigatória do sindicato ou do órgão gestor de mão de obra, equipara-se ao trabalhador com vínculo empregatício, configurando exceção, pois possui todos os direitos trabalhistas inerentes à relação de emprego.

(D) O terceirizado é o trabalhador que presta serviço a uma empresa denominada cliente, possuindo subordinação direta na prestação do serviço, estando ausente, no entanto, a pessoalidade e a onerosidade.

**57. Acerca de duração do trabalho, jornada de trabalho e intervalos, assinale a alternativa INCORRETA.**

(A) É vedada ao empregado contratado sob o regime de tempo parcial a prestação de horas extras.

(B) Instrumento coletivo silente quanto à compensação de jornada possibilita a entabulação de acordo individual escrito para compensação de horas.

(C) Um empregado cujos horários de início e término da jornada sejam incompatíveis com os horários do transporte público regular tem o direito às horas *in itinere*.

(D) Considera-se à disposição do empregador, na forma do art. 4º da CLT, o tempo necessário ao deslocamento do trabalhador entre a portaria da empresa e o local de trabalho, desde que supere o limite de 30 (trinta) minutos diários.

**58. Acerca do que dispõem a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a jurisprudência a respeito das férias, assinale a alternativa INCORRETA.**

(A) O cálculo da remuneração das férias do tarefeiro deve ser realizado com base na média da produção do período aquisitivo, garantida a observância do valor da remuneração da tarefa na data da concessão.

(B) O empregado que se demite antes de complementar 12 (doze) meses de serviço perde o direito a férias proporcionais.

(C) A indenização por férias não concedidas em tempo oportuno deve ser calculada com base na remuneração devida ao empregado na época de eventual reclamação ou, se for o caso, quando da extinção do contrato.

(D) O pagamento das férias, integrais ou proporcionais, gozadas ou não, na vigência da CF/1988, se sujeita ao acréscimo do terço previsto no respectivo art. 7º, XVII.

**59. Salário é o valor econômico pago diretamente pelo empregador ao empregado em função de prestação de serviços, enquanto remuneração é o conjunto de pagamentos provenientes do empregador ou de terceiros, recebidos em decorrência da prestação de serviços subordinados. Acerca do assunto, assinale a opção CORRETA.**

(A) Mora contumaz é o atraso ou sonegação de salários devidos ao empregado por período igual ou superior a três meses, sem motivo grave ou relevante.

(B) A participação nos lucros é verba de natureza salarial.

(C) A CLT permite que a totalidade do salário seja paga em utilidades, desde que seja benéfico para o empregado.

(D) O vale-transporte possui natureza salarial.

**60. Com relação aos adicionais, assinale a alternativa INCORRETA.**

(A) O adicional de horas extras poderá ser instituído na empresa independentemente da participação do sindicato. No entanto, para ser suprimido, o empregador estará sujeito ao pagamento de indenização, desde que o empregado esteja prestando serviço em sobrejornada com habitualidade a, pelo menos, um ano.

(B) O adicional noturno será devido quando o empregado urbano prestar serviço das 22h às 5h, tendo direito ao pagamento de, pelo menos, 20% a mais sobre a hora diurna. Em se tratando de empregado rural que presta serviço na lavoura, sua hora noturna começa a contar a partir das 20h de um dia até às 4h do dia subsequente, quando fará jus ao percentual de, pelo menos, 25% sobre a hora diurna.

(C) O adicional de transferência será devido ao empregado quando seu deslocamento for oriundo de comprovação da real necessidade do serviço.

(D) O adicional de insalubridade poderá ser pago de forma intermitente e será configurado de acordo com o grau de exposição a que o empregado se sujeita.

**61. Em relação aos dissídios individuais trabalhistas, assinale a opção CORRETA.**

(A) Entende-se por perempção provisória a impossibilidade de o reclamante propor nova reclamação trabalhista quando este tiver dado causa a três arquivamentos seguidos, ainda que as ações versem sobre objetos diversos.

(B) A vara do trabalho, após recebimento e protocolização da reclamação, notificará o reclamado, por via postal e no prazo de 48 horas, da data da audiência, que poderá ser realizada dentro de cinco dias após o recebimento da notificação pelo reclamado.

(C) Quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, a prescrição não poderá ser interrompida caso a ação seja arquivada, haja vista os princípios da celeridade e da economia processual.

(D) No rito sumaríssimo, em que o valor da causa não ultrapassa 40 salários mínimos, o reclamante deverá formular pedidos líquidos e certos, sob pena de o juiz extinguir o processo sem resolução de mérito, com a consequente condenação do autor ao pagamento das custas processuais atinentes.

**62. Assinale a alternativa INCORRETA quanto às testemunhas, no processo do trabalho:**

(A) Não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador

(B) No procedimento sumaríssimo, cada parte poderá indicar até 2 (duas) testemunhas.

(C) Em caso de litisconsórcio, as partes poderão indicar, conjuntamente, até 4 (quatro) testemunhas.

(D) As testemunhas deverão comparecer à audiência independente de notificação ou intimação.

**63. Com relação aos recursos trabalhistas, assinale a alternativa CORRETA:**

(A) As decisões proferidas nos dissídios de alçada não comportam qualquer recurso, salvo se versarem sobre matéria constitucional.

(B) A interposição de embargos de declaração suspende o prazo para interposição de outros recursos.

(C) O agravo de instrumento seria o recurso adequado para impugnar os despachos que deneguem seguimento a recurso, além de ser o meio para impugnar decisões interlocutórias.

(D) É cabível agravo inominado (art. 557, §1º, do CPC) ou agravo regimental (art. 235 do RITST) contra decisão proferida por Órgão colegiado.

**64. Ao se fazer uma consulta às normas processuais do Direito do Trabalho, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, constata-se que:**

(A) o documento oferecido para prova, no processo, só será aceito, se estiver no original ou em certidão autêntica, ou quando conferida a respectiva pública-forma ou cópia perante o juiz ou tribunal.

(B) outras exceções, além das referentes à suspeição e à competência, não podem ser opostas com suspensão do feito.

(C) a CLT prevê que o juiz deve declarar *ex officio* a nulidade fundada em incompetência de foro, referindo-se à incompetência territorial.

(D) apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista ao exceto por 48 horas improrrogáveis.

**65. No que diz respeito ao mandado de segurança, assinale a alternativa INCORRETA.**

(A) constitui direito líquido e certo do empregador a suspensão do empregado, ainda que este seja detentor de estabilidade sindical, até a decisão final do inquérito em que se apure falta grave a ele imputada.

(B) A concessão de liminar ou a homologação de acordo constituem faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

(C) Fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo.

(D) Em se tratando de execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora, pois o executado tem direito a que a execução se processe da forma que lhe seja menos gravosa, nos termos do art. 620 do CPC.

**Direito Tributário**

**66. Promove a extinção do crédito tributário relativo a imposto devido por contribuinte**

(A) o depósito do montante integral da dívida, se efetuado em ação promovida pelo contribuinte.

(B) o advento de lei que crie isenção relativa ao referido imposto.

(C) o advento de lei que estabeleça anistia relativa ao referido imposto.

(D) a conversão, caso sobrevenha, de depósito em renda pública.

**67. De acordo com o Código Tributário Nacional, aplica-se retroativamente a lei tributária na hipótese de:**

(A) analogia, quando esta favorecer o contribuinte.

(B) extinção do tributo, ainda não definitivamente constituído.

(C) graduação quanto à natureza de tributo aplicável, desde que não seja hipótese de crime.

(D) ato não definitivamente julgado, quando a lei nova lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.

**68. O emprego da analogia, em matéria tributária, resultará na:**

1. Majoração de tributo.
2. Instituição de tributo.
3. Exclusão do crédito tributário.
4. Impossibilidade de exigência de tributo não previsto em lei.

**69. Conforme a Constituição Federal, o veículo legislativo adequado para dispor sobre conflitos de competência entre os entes políticos em matéria tributária é a:**

(A) medida provisória.

1. Lei complementar.
2. Emenda constitucional.
3. Lei ordinária.

**70. Visando fomentar a indústria brasileira, uma nova lei, publicada em 18/02/2010, majorou a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), bem como majorou a alíquota do Imposto sobre Exportação (IE).**

**A partir de que data a nova alíquota poderá ser exigida para o IPI e para o IE?**

1. Imediatamente para ambos.
2. No exercício financeiro seguinte para ambos.

(C) 90 dias após a publicação da lei para o IPI e imediatamente para o IE.

(D) 90 dias após o exercício financeiro seguinte para o IPI e no exercício financeiro seguinte para o IE.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÂO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA.**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |